

FINANÇAS PÚBLICAS

Dívida da União chega a R\$ 636,6 bi

Pública

Retomada de emissões líquidas de papéis influenciou alta de 2,91% em janeiro

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A dívida pública federal fechou janeiro em R\$ 636,66 bilhões, um crescimento de 2,91% em relação a dezembro, quando estava em R\$ 623,19 bilhões. Ela cresceu principalmente pela apropriação de juros no período, mas pesou também o fato de que, pela primeira vez desde abril passado, o governo voltou a fazer emissões líquidas de papéis, no valor de R\$ 38,8 bilhões. A dívida atrelada ao câmbio registrou aumento de R\$ 1,03 bilhão no período. Os números de janeiro refletem a melhora nas expectativas do mercado com relação à política econômica, na avaliação do coordenador da Dívida Pública do Tesouro, Paulo Valle.

Outros fatores explicam o aumento da demanda por títulos públicos, segundo o chefe do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central (BC), Sérgio Goldenstein. Os fundos de investimento voltaram a captar recursos da ordem de R\$ 10 bilhões em janeiro. Além disso, o mercado estava excessivamente líquido. Só em janeiro, R\$ 6 bilhões que circulavam pela economia como dinheiro voltaram aos bancos.

A volta da confiança do mercado também se refletiu em outra medida adotada por algumas instituições em janeiro. Elas autorizaram

suas tesourarias a comprar mais papéis federais. Finalmente, o BC modificou sua estratégia de relacionamento com o sistema bancário, com o intuito de reduzir o volume de operações no overnight. Segundo Goldenstein, a autoridade monetária tornou-se “menos previsível” nesse campo, forçando as instituições financeiras a manter mais títulos públicos em carteira.

DEMANDA POR TÍTULOS PÚBLICOS AUMENTOU



são dos títulos de remuneração prefixada, as Letras do Tesouro Nacional (LTN). Segundo Paulo Valle, esse papel torna o risco sobre a dívida mais previsível. Além disso, são títulos importantes para estimular a formação do mercado secundário de papéis federais. “Esperamos voltar com as LTNs em breve”, comentou o coordenador.

A volta das emissões provocou um ligeiro encurtamento nos prazos de vencimento da dívida. Em dezembro, ele estava em 33,24 meses e em janeiro, ficou em 32,43 meses.

Segundo Goldenstein, esse efeito ocorreu porque, quando o governo fazia resgates líquidos de títulos, retirava do estoque papéis de prazo mais curto.

Câmbio – Em janeiro, a dívida corrigida pela variação cambial teve um ligeiro acréscimo de R\$ 1,03 bilhão, devido à apropriação dos juros e à queda do cupom cambial. O aumento ocorreu a despeito do resgate de R\$ 1,3 bilhão desses papéis ocorrido no mês.

A taxa de câmbio variou apenas 0,21% no período. De R\$ 3,5333 registrados em janeiro, ela fechou em R\$ 3,5258 em fevereiro. Ainda assim, no total da dívida pública, o percentual de papéis atrelados ao câmbio caiu de 37% para 36,37%.

Os investidores nacionais seguiram como o principal mercado dos papéis federais. Em janeiro, 51,42% da dívida estava em mãos de bancos comerciais nacionais e 18,32%, com corretoras e distribuidoras brasileiras.

Os bancos comerciais estrangeiros detêm 11,37% do total e os bancos de investimento estrangeiros outros 6,32%.

‘Colchão’ – De abril até dezembro, quando o governo federal não conseguia rolar integralmente sua dívida, era forçado a fazer resgates utilizando, para isso, recursos do chamado “colchão de liquidez”. Atualmente, o “colchão” está em cerca de R\$ 50 bilhões. No entanto, o fim do nervosismo que dominou o mercado desde abril de 2002 permitiu ao governo rolar integralmente seus vencimentos em janeiro. O mesmo deverá ocorrer em fevereiro.

A melhora no quadro geral tem encorajado o governo a planejar a volta da emis-